

Quando a polícia vai à escola falar de racismo

Na escola do Alto do Lumiar, alunos e PSP partilharam situações de racismo. Há quem tenha crescido com uma polícia agressiva e quem queira exemplos mais práticos

Reportagem

Joana Gorjão Henriques Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Há um projector com *slides*, há vídeos, há imagens. Mas, ao longo de quase uma hora, o agente da PSP Vítor Jesus pouco recorre a eles. Vê-se que já sabe de cor o que vai dizer. Pelo à-vontade com que interage e interpela os jovens do 9.º ano da Escola Básica do Alto do Lumiar, percebe-se não só que o tema lhe interessa como já falou dele várias vezes.

Estamos num estabelecimento de ensino que fica num complexo de edifícios junto ao que antes era a Musgueira, bairro de autoconstrução que foi erradicado em 2003, e que era conotado com exclusão social e problemas de droga. Hoje tem um hipermercado e prédios altos modernos e avenidas com árvores. Perante um grupo de cerca de 16 jovens, olhando-os de frente, o agente vai contextualizando: “Normalmente, não me baseio em apresentações, mas esta tem alguns vídeos”, avisa, antes de ir enumerando e explicando alguns conceitos como liberdade, diversidade cultural, discriminação. Na roda, há um aluno que vai fechando os olhos; os outros parecem atentos, mesmo que pouco interventivos. O agente pede interacção e tenta criar diálogo. “A liberdade é um direito de todos”, afirma. “Os jovens não escolhem onde nascem, mas o que vocês fizeram já pode partir de uma escolha.”

E a diversidade cultural?, pergunta à turma. “É a coexistência, a harmonia e o respeito por pessoas de diferentes origens culturais. Não existem culturas melhores ou piores do que outras”, responde. “Todas têm o mesmo valor e merecem o mesmo respeito. Isto é muito importante

porque temos aqui neste agrupamento alunos de vários pontos do país, mas também de várias origens, de outros países.”

Estamos num dos cantos da biblioteca e Vítor Jesus traz à sessão, sem rodeios, o tema da discriminação. Integrada na *Operação Sim à Diferença*, do programa Escola Segura (descrito como modelo integrado de polícia de proximidade), esta é uma das acções em escolas básicas e secundárias com o objectivo de prevenir a discriminação e os crimes de ódio. Durante uma semana, outros agentes estarão a ministrar este programa em todo o país. É a escola que define as turmas que recebem “a lição”.

Há anos que o agente lidera sessões como esta. Ultimamente, a PSP não tem recebido tantas chamadas, o que chegou a ser frequente. Certa vez, por causa de uma atitude de discriminação racial de um aluno em relação a outro, a PSP fez um trabalho com a turma durante todo o ano lectivo. “O miúdo chegou, não gostaram dele e das origens dele e, então, a professora achou por bem chamar-nos”, conta. “Acabou com um piquenique na divisão policial”, para o qual cada um levou comida da sua cultura.

Está frio na sala, apesar do sol de Inverno. Os alunos põem as mãos nos bolsos. Tentando envolvê-los, o agente pede: “Em contexto escolar, o que é que acontece mais? Quem é que me quer ajudar?”

Pyerri Sousa, 14 anos, um jovem português, filho de brasileiros, é dos mais activos: “O racismo.” O agente pede: “Queres explicar um bocadinho, queres-me ajudar?” Sim: “Quando os estrangeiros costumam vir nessa escola, eu vejo com os meus próprios olhos que acontece essa questão do racismo. É bem triste, já temos uma idade minimamente boa para perceber que isso não é certo”, comenta.



Há anos que o agente Vítor Jesus lidera sessões como esta em que falam de discriminação, do papel das autoridades e da importância da denúncia. Pyerri Sousa, 14 anos, filho de brasileiros, diz que já assistiu a “bastantes piadinhas”

Vítor Jesus quer saber o que Pyerri Sousa sentiu, mas o jovem diz que se refere a situações que aconteceram a outros alunos. “Vejo bastantes piadinhas” sobre a origem ou cor da pele, por exemplo. “Podemos desculpabilizar por ser piadinha?”, interroga o agente, num modo

didáctico. “Claro que não”, responde. O polícia continua: “A pessoa que estava a sofrer disse que não gostava, que não queria que isto acontecesse?” Pyerri Sousa explica: “Muitas das vezes, as pessoas não dizem nada porque são novas na escola e têm mesmo medo de não serem incluídas.”

Além de Pyerri Sousa, por enquanto ninguém mais menciona situações semelhantes. O agente encoraja a partilha. Mas há silêncio.

“Denunciar sempre”

Introduz, então, o tema da orientação sexual: “Vocês notam que neste momento, nas escolas, está muito melhor, já não é criticável se pessoas do mesmo sexo derem as mãos ou tiverem afectos um com o outro, não têm essa vergonha. Antigamente, isto era tabu: se pessoas do mesmo sexo gostassem umas das outras, dentro do contexto escolar, era impossível mostrarem esse afecto. Porque iam ser alvo de chacota. Mas está bem melhor. Notam



isso?” Um dos alunos responde que sim. O agente completa: “Está mais livre. Ou seja, as pessoas não têm tanto medo, tanto receio, e ao não terem tanto medo, tanto receio, também ficou mais normal.” Mais uma vez é Pyerri Sousa quem completa a frase do agente: “Podem ser elas mesmas.” A apresentação prossegue com a passagem dos slides, o agente vai dando exemplos. Nascido em França, português, este polícia quer saber se há mais algum tipo de discriminação que os alunos sofram em contexto escolar. Vai deixando recados: “Todos temos de ter atitudes e comportamentos que fomentem o diálogo, a não-violência, a tolerância e a reaproximação de culturas. Isto é muito importante.” Conta que recentemente fez uma formação online sobre diferenças culturais, por sua iniciativa, e apercebeu-se de que desconhecia muitas práticas: “É muito importante percebermos a cultura dos outros para depois, quando

nos chega, não ser estranho.” Vai continuando a tentar lançar temas, pede mais testemunhos, quer a turma a falar. E quer também saber se alguém já teve problemas com a polícia. Por vezes, a comunicação social noticia “situações menos favoráveis” à PSP, lembra. “Em momento algum senti nesta escola que olhassem para mim de lado porque, no dia de ontem, alguém com uma farda idêntica à minha teve uma atitude menos correcta”, diz. A Escola Segura foi criada para “estarmos próximos de vocês”, lembra, como que a querer convencer os jovens a falar. Um dos alunos conta uma interacção a propósito de ter chamado “bófia” a um polícia. O agente explica como costuma agir: “Não tenho qualquer receio de abordar 10 ou 15 jovens, e nós somos dois”, diz, olhando para a agente ao seu lado, com quem faz dupla. “Aquilo que faço em revistas aos jovens é de frente para mim, e nunca tive problemas com isso”. Mas depois ressalva que, por

vezes, os jovens “se armam em espertos”, pode ser preciso pedir-lhes para se encostarem à parede, por exemplo. “Às vezes acontece que a vossa postura também não é a mais correcta. E também temos polícias que não agem da melhor maneira, não tenho problema nenhum em dizer isto. Somos 22 mil, como há alunos bons e alunos maus, também há polícias bons e outros menos bons.” Vítor Jesus quer que os alunos dêem sugestões sobre como agir em situações de discriminação. Ninguém se chega à frente, Pyerri fala de novo. “O que nós devemos fazer? Não ficar calados”, pergunta e responde. “E denunciar sempre”, completa o agente. Pyerri desabafa que o incomoda quando amigos começam a rir ao testemunharem episódios de bullying ou de discriminação. Agora passamos para a parte de explicação do que é crime. O agente esclarece: “Muitas vezes, quem está à volta comete mais crimes do que quem agrediu.” Por exemplo, se há uma agressão e alguém não fez nada, gravou e publicou nas redes, pode ser acusada de omissão de auxílio, captação de imagens e de publicação dessas imagens sem autorização – enquanto quem agrediu é acusado “apenas” de agressão. E esclarece: se houver uma agressão com motivação de ódio, isso constitui uma agravante. Alerta: “Se for o caso, isso tem de ficar escrito.” Fala-se, então, dos telemóveis. Para o agente, se fosse proibido, “reduzíamos em 50% as ocorrências”, acredita. É um objecto alvo de furtos, utilizado para cyberbullying ou para captar imagens que depois geram conflitos. País racista? Nesta escola, o telemóvel é proibido no 1.º ciclo, mas a directora, Maria Caldeira, refere que até os mais velhos acabam por usá-lo muito menos, incentivados pelo exemplo que podem dar. A acção com a PSP é importante entre os vários projectos que desenvolvem e um dos motivos é passar informação do ponto de vista legal, comenta. Mas não só: as acções permitem criar “uma relação muito positiva de proximidade com a polícia, de os alunos os sentirem efectivamente como parceiros e não como força repressiva”. Isto porque “há uns anos não era assim”, contextualiza. “Isto à volta era um ‘Casal Ventoso’ pequenino – havia muita toxicodependência. A relação com a polícia hoje é muito saudável, foi-se construindo esta paz”, comenta, referindo-se também ao trabalho de outros parceiros como a junta de freguesia.

Estas acções permitem criar uma relação muito positiva de proximidade com a polícia, de os alunos os sentirem como parceiros

Com cerca de 500 alunos do 2.º e 3.º ciclo, a escola é frequentada por meninos de origem cigana e de 32 nacionalidades, sobretudo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A percentagem de quem recebe apoio de acção social escolar é superior a 80%. Esta é uma escola TEIP – Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Maria Caldeira não sente que a discriminação seja um problema especial. “Os miúdos estão misturados. Estão muito habituados na sua vida a conviver”

com pessoas de outras origens. De volta à sala da biblioteca, o agente lança para todos uma das questões que o trouxeram a esta sessão: “Na vossa vida e na escola, têm sentido situações destas? O nosso país é racista?” Em voz muito baixa, entre dentes e sem que todos ouçam, Gonçalo Conceição comenta: “Não é o país que é racista, as pessoas é que são racistas.” Mais tarde, explica-nos porque o disse: “quem faz o racismo são as próprias pessoas”, por isso “não podemos dizer que é o país que é racista”, “não são todas as pessoas, mas são algumas pessoas”. Na sua escola, há sim pessoas racistas, já testemunhou episódios. Pyerri já presenciou vários episódios de racismo, muitos deles em relação ao pai. Dá o exemplo de quando ia a entrar numa loja e quatro seguranças se dirigiram imediatamente ao pai, cercando-o. É apenas um dos muitos exemplos. “Não é possível não perceber que se trata de racismo”, diz o jovem. O agente concorda: “É condenatório.” Gonçalo Conceição achava que o racismo era um problema menos comum e ficou surpreendido pelas histórias que ouviu, como as que Pyerri contou. “Reflectimos e aprendemos um pouco sobre o que se passa no dia-a-dia das pessoas e aprendemos com pessoas mais velhas que têm mais experiência”, resume.

PUBLICIDADE



AVISO

- Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, torna-se público que a Autoridade da Concorrência recebeu, em 20 de dezembro de 2024, com produção de efeitos em 16 de janeiro de 2025, uma notificação prévia de uma operação de concentração de empresas apresentada ao abrigo do disposto no artigo 37.º do referido diploma.
- A operação de concentração consiste na aquisição pela AVK – Soluções Audiovisuais, S.A. (“AVK”), do controlo exclusivo da Pixel Light, Lda. (“Pixel Light”).
- As atividades das empresas envolvidas são as seguintes:
 - AVK – empresa ativa na prestação de serviços audiovisuais, incluindo a venda e aluguer de equipamento de som, vídeo e iluminação e de outros equipamentos de processamento e captação e difusão de imagens, som e luz e respetiva assistência técnica, à produção de conteúdos e ao projeto, à construção e à montagem de estruturas e similares.
 - Pixel Light – empresa ativa no comércio e aluguer de equipamentos audiovisuais, geradores, montagem e desmontagem de equipamentos; produção e apoio a eventos; e atividades de gravação de som, vídeo e edição de música.
- Quaisquer observações sobre a operação de concentração em causa devem identificar o interessado e indicar o respetivo endereço postal, e-mail e n.º de telefone. Se aplicável, as observações devem ser acompanhadas de uma versão não confidencial, bem como da fundamentação do seu carácter confidencial, sob pena de serem tornadas públicas.
- As observações devem ser remetidas à Autoridade da Concorrência, no prazo de 10 dias úteis contados da publicação do presente Aviso, indicando a referência Ccent 92/2024 - AVK / PIXEL LIGHT, através do e-mail adc@concorrencia.pt.